



# **Bibliotecas Populares em Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo sob a perspectiva da Mediação Cultural**



## **Wilson Roberto Veronez Júnior**

Doutor em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, Brasil.

Professor de Arquivologia no Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI, Santa Catarina, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4065012857990125>

<https://orcid.org/0000-0003-2939-1917>

## **Claudia Barbosa dos Santos de Souza**

Doutoranda em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, Brasil.

Professor Assistente, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0906569856087603>

<https://orcid.org/0000-0002-1520-8053>

## **Janaina Fernandes Guimarães Polonini**

Doutora em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, Brasil.

Professor Assistente, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/8858545135730781>

<https://orcid.org/0000-0003-4174-8042>

## **Edmilson Alves dos Santos Júnior**

Doutorando em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

Bibliotecário na Fundação Educandário Pestalozzi, São Paulo, Brasil.

[edmilson.junior@unesp.br](mailto:edmilson.junior@unesp.br)

<http://lattes.cnpq.br/0263747756347085>

<https://orcid.org/0000-0002-4135-0125>

Submetido em: 13/08/2024. Aprovado em: 10/03/2025. Publicado em: 04/09/2025.

## RESUMO

As bibliotecas e os bibliotecários não foram, não são e nunca serão neutros do ponto de vista político, ideológico e cultural. Nessa reflexão de Almeida Júnior (1997), pode-se compreender que eles são a ponte entre a sociedade e a informação e procuram representar as demandas informacionais de todos os tipos de territórios e grupos sociais. No caso das bibliotecas populares, a participação social é importante na medida que contribui para a tomada de decisão sobre os rumos da sociedade, seja no aspecto econômico, político e sociocultural. Nesse caso em específico, essas bibliotecas podem ser incorporadas e implementadas em inúmeros territórios, como assentamentos rurais, quilombolas, ribeirinhas, indígenas, entre outros. Dessa maneira, nessa proposta de artigo, tem-se por objetivo discutir aspectos elementares acerca da implementação de bibliotecas populares em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de São Paulo, a partir de uma perspectiva da Mediação Cultural. Em termos metodológicos, este artigo foi desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e abordagem qualitativa. Para o desenvolvimento da parte teórica, os materiais foram recuperados em bases de dados, revistas, periódicos, encontros, congressos e eventos científicos especializados em Movimentos Sociais, Movimento Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Biblioteconomia, Bibliotecas Populares e sobre Mediação da Informação e Mediação Cultural. As bibliotecas populares têm sido criadas como instrumentos de capacitação e resistência dentro do MST, contribuindo para a emancipação intelectual e na promoção da questão agrária. Ao longo deste artigo, apresentou-se a trajetória do MST e sua luta incansável por reforma agrária, direitos humanos e dignidade para os trabalhadores rurais.

**Palavras-chave:** bibliotecas populares; mediação cultural; movimentos sociais; Movimento Sem-Terra; desigualdade informacional.

## INTRODUÇÃO

As bibliotecas populares são espaços públicos, tendo como função acolher todo e qualquer tipo de usuário, com o propósito de atender às necessidades dos mesmos sob o contexto cultural, social e educacional onde se insere. O profissional bibliotecário, na função de gestor dessa unidade, tem por responsabilidade acolher e tentar suprir as demandas informacionais existentes do público local.

Com base nas reflexões de Almeida Júnior (1997), entende-se que as bibliotecas e os bibliotecários não foram, não são e nunca serão neutros do ponto de vista político, social, ideológico e cultural. Metaforicamente falando, eles são a ponte entre a sociedade e a informação e procuram representar as demandas informacionais de todos os tipos de territórios e grupos sociais. Ainda que se faça uso de ferramentas como suporte para essa mediação, vale observar que essas ferramentas são parciais, as concepções do grupo de bibliotecários envolvidos permanecem presentes, ou seja, manifestam-se nas interações socioculturais. Nessa discussão, duas tipologias de bibliotecas podem ser analisadas e consideradas: Bibliotecas Comunitárias e Bibliotecas Populares.

Visto que, embora na teoria, sejam tratadas e adotadas como sinônimos em algumas pesquisas no campo da informação. Na prática, possuem suas especificidades (Côrbo; Côrbo, 2022). A primeira, segundo Côrbo e Côrbo (2022), está mais vinculada e voltada a atender as necessidades informacionais de uma comunidade pertencente a um território específico, como, por exemplo, comunidades periféricas, escolas, associações de bairros, hospitais, praças públicas, bairros carentes, dentre outras. Em contraste, a segunda abordagem, conforme discutido por Alves, Salcedo e Correia (2016) e Guedes (2011), visa promover a democratização do acesso ao conhecimento, à cultura e à informação. Nessa perspectiva, as bibliotecas populares visam estimular a formação cidadã de seus usuários, preparando-os para participar de forma ativa nas decisões sociais e ocupar posições de influência.

No contexto das bibliotecas populares, a participação social é relevante por contribuir para o processo de tomada de decisões que orientam o desenvolvimento da sociedade, abrangendo aspectos econômicos, políticos e socioculturais. Nesse caso em específico, essas bibliotecas podem ser incorporadas e implementadas em inúmeros territórios, como assentamentos rurais, quilombolas, ribeirinhas, indígenas, entre outros. Esses espaços, em sua maioria, assim como seus sujeitos sociais, representados por aqueles responsáveis pela produção das ações, saberes e do conhecimento em um determinado território, são invisibilizados e excluídos pelo poder público e por outras camadas da sociedade. No entendimento de Azevedo e Melo (2020), além dos fatores relacionados à exclusão social, vale ressaltar que as bibliotecas populares, em geral, não recebem apoio de empresas privadas e nem mesmo de auxílio governamentais formais, dessa maneira, sua manutenção se dá por meio de doações e de ações sociais promovidas pela própria comunidade.

Todavia, em virtude da relação entre esses dois tipos de bibliotecas, para fins de justificativa, nesta proposta de artigo, será adotada a expressão “Bibliotecas Populares”, já

que esta pode ser a mais adequada a esta discussão, uma vez que as bibliotecas populares extrapolam a noção de comunidade, pois indica uma percepção e um senso de coletividade maior. Nessa discussão, a presença dos actantes, isto é, os sujeitos sociais que compõem as lutas pelo protagonismo e emancipação popular, contribui no entendimento da produção de informações e das práxis culturais desenvolvidas pelos movimentos sociais. Tal perspectiva corrobora na compreensão dos principais elementos simbólicos que condicionam as ações socioculturais que permeiam os fazeres e a identidade cultural de assentados e assentadas da reforma agrária no estado de São Paulo.

Dessa maneira, neste artigo, tem-se por objetivo discutir aspectos elementares acerca da implementação de bibliotecas populares em assentamentos da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de São Paulo, a partir de uma perspectiva da Mediação Cultural. Vale ressaltar que, tanto do ponto de vista teórico, metodológico e prático, esse projeto já está em andamento, mas com uma configuração diferente, uma vez que está sendo utilizada a expressão “Bibliotecas Comunitárias”. Longe de estabelecer uma concorrência e uma predileção entre os dois termos para o desenvolvimento deste artigo, defende-se que a partir de Almeida Júnior (1997), a noção de “Bibliotecas Populares” indica uma notoriedade que transcende a concepção de comunidade em um território específico, visto que as Bibliotecas Populares agregam todos os perfis sociais, melhor dizendo, não trata de suprir a demanda informacional de um determinado grupo social.

Desse modo, cabe lembrar que do ponto de vista teórico, essa discussão não é inédita, uma vez que autores como Veronez Júnior, Polonini, Santos Júnior e Souza (2024)<sup>1</sup>, desenvolveram alguns estudos sobre a temática no contexto dos assentamentos do MST na mesma região federativa, seja por meio de pesquisas acadêmicas, artigos, capítulos de livros, palestras ou projetos de extensão.

No contexto brasileiro, as bibliotecas populares geralmente se encontram em comunidades carentes, que estão à margem da sociedade, dessa maneira, constituídas majoritariamente por sujeitos que não têm facilidade em adquirir livros, dificultando o acesso à leitura e escrita. Portanto, as bibliotecas populares no país se caracterizam por serem locais de socialização, de acesso à cultura e à informação para a transformação e emancipação social.

## **Breve histórico sobre o movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra no Brasil**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve seu surgimento formal em meados de 1984, embora tenha se apoiado em uma série de movimentos anteriores dedicados à luta pela terra no Brasil. Entre esses movimentos precursores estão a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), todos vinculados à questão da reforma agrária.

---

1 Nesta pesquisa, os referidos autores adotam a expressão “Bibliotecas Comunitárias”.

Inicialmente, o MST concentrou-se na ocupação de terras e latifúndios improdutivos. No entanto, suas ações também abrangem diversas demandas sociais essenciais para a dignidade humana, incluindo o combate à fome, o direito à terra, a luta contra a violência de gênero e o respeito às identidades sexuais e de gênero. Além disso, o MST defende os direitos da comunidade LGBTQIAPN<sup>2</sup>, da população em situação de rua, das pessoas com deficiências, das comunidades ribeirinhas, extrativistas e quilombolas, entre outros grupos marginalizados e invisibilizados pelo poder público.

O MST originou-se da necessidade de organizar um grupo significativo de pessoas deslocadas e sem perspectivas. Sua primeira ação de ocupação teve lugar nas Glebas<sup>3</sup> Macali e Brilhante, em Ronda Alta (RS), em setembro de 1979, durante o período da ditadura militar. Um evento significativo na história do Movimento foi a criação do acampamento de Encruzilhada Natalina, em 1981, no Rio Grande do Sul, ocorrido nos últimos anos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Assim, o MST consolidou-se formalmente durante seu Congresso Nacional, realizado em Cascavel-PR, de 29 a 31 de janeiro de 1985, sob os lemas “Terra para quem nela trabalha” e “ocupação é a única solução”. No mesmo ano, o Movimento iniciou mobilizações para a ocupação de latifúndios e terras improdutivas. De acordo com Picoli (2006), os chamados “despossuídos do Brasil” constituem o grupo de excluídos, sem terras, sem acesso ao trabalho e sem perspectiva de vida.

Conforme Camoleze e Troitiño-Rodríguez (2019) relatam, o MST é reconhecido como um dos movimentos sociais mais relevantes no Brasil, tanto por suas intensas lutas pela reforma agrária popular, que é uma de suas principais demandas, quanto por quase quarenta anos de atuação contínua da classe trabalhadora rural. As atividades do MST vão além das fronteiras brasileiras, com o Movimento desenvolvendo ações em várias localidades da América Latina através de suas brigadas internacionais. Essa presença política é possibilitada pelas iniciativas da Via Campesina, principalmente.

Ademais, o MST está presente em 24 estados brasileiros, com mais de 450 mil famílias participantes. Mesmo vivendo em acampamentos ou assentamentos, essas famílias continuam a se engajar em ações sociais, políticas e culturais promovidas pelo Movimento. A atuação do MST é mais acentuada nas regiões sul, sudeste e nordeste do país. Já nas regiões centro-oeste e norte, devido a conflitos significativos, muitas vezes com grileiros, latifundiários e garimpeiros, a presença do Movimento é mais moderada e restrita. Nessas últimas regiões, concentram-se os maiores índices de violência dirigida aos trabalhadores sem-terra (Veronez Júnior; Camoleze; Troitiño-Rodríguez; Martínez-Ávila, 2023).

O Movimento realiza anualmente, no mês de abril, o movimento nacional conhecido como “Abril Vermelho”. Nesse período, o MST promove ocupações legítimas de terras improdutivas, ação essa amparada pela Constituição Federal Brasileira (CF) promulgada em 1988. Essa atividade também visa homenagear os trabalhadores sem-terra que foram

2 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais.  
3 Comumente conhecida como “porção de terra”.

mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará em 17 de abril de 1996. É importante ressaltar que o MST, assim como outros movimentos sociais que lutam pela distribuição igualitária de terras, como a Frente Nacional de Lutas (FNL), não legitimam a invasão de terras, vista como um ato criminoso pela CF.

Além do trabalho de base, como estratégia de sobrevivência e luta, o MST também se dedica ao desenvolvimento de estratégias e à formação política de seus integrantes. Nesse contexto, surge a necessidade de discussão e implementação de bibliotecas populares em assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo. Essa iniciativa vai além de apenas analisar e solucionar as condições estruturais, como o arranjo e acondicionamento de livros e objetos informacionais nas estantes.

Ela também visa, por meio de um trabalho de educação popular, atenuar a desigualdade social, informacional e comunicacional entre os sujeitos sociais que vivem na zona rural e aqueles que residem nas áreas urbanas, uma vez que esses últimos geralmente possuem melhores condições materiais e tecnológicas para o processo de formação educacional e acesso à informação. Caso fosse apenas para aprimorar as condições estruturais dos assentamentos, essa ação teria que ser realizada junto a programas de financiamentos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para investimento em infraestrutura e atividades produtivas, mas como se trata de discutir e melhorar o processo informacional e educacional entre os assentados, por ora, não será necessário modificar nenhuma estrutura (mobiliários, estantes, reformas do assentamento, etc.). Pois essa ação demandaria anos e até décadas para que estivessem de acordo com parâmetros técnico-burocráticos que são preconizados pelo campo da Biblioteconomia, já que esses são estabelecidos em bibliotecas tradicionais, como as universitárias, privadas e especializadas, por exemplo.

Percebe-se a magnitude dos assentamentos rurais do MST no estado de São Paulo, segundo os dados do ITESP (2024). A instituição estadual presta assistência técnica a 7.133 famílias, que vivem em 140 assentamentos rurais, distribuídos em 40 municípios. A maioria deles está localizado na região extremo oeste do estado, mais especificamente no Pontal do Paranapanema (região de Presidente Prudente e Teodoro Sampaio): 4.913 famílias em 99 assentamentos, em 13 municípios. A partir desta constatação, é possível compreender e mensurar a complexidade populacional, territorial, demográfica e a demanda informacional existente em assentamentos do MST no estado.

Portanto, com base nos dados apresentado pelo ITESP, a implementação de bibliotecas populares é premente nesses territórios e se faz cada vez mais necessária, em razão da massificação de dados e documentos produzidos pelos militantes e das demandas ocasionadas pelas lutas travadas pelos sem-terra em seu cotidiano.

## **METODOLOGIA**

Em termos metodológicos, este artigo foi desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e abordagem qualitativa. Para o desenvolvimento da parte teórica, os materiais foram recuperados em bases de dados, revistas, periódicos, encontros, congressos e eventos científicos especializados em Movimentos Sociais, Movimento Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Biblioteconomia, Bibliotecas Populares e sobre Mediação da Informação e Mediação Cultural, por meio de artigos, monografias, dissertações, teses, livros, cartilhas e cadernos de formação política.

Os termos utilizados para a recuperação foram em português, espanhol e inglês, de modo respectivo: Bibliotecas Populares, Movimentos Sociais, Movimento Sem Terra, Mediação e Mediação Cultural; *Bibliotecas Populares, Movimientos Sociales, Movimiento de los Sin Tierra, Mediación y Mediación Cultural; Popular Libraries, Social Movements, Landless Movement, Mediation and Cultural Mediation*. Não foi delimitado um período específico para a recuperação e análise dos materiais recuperados nas fontes de informação propostas.

### **Bibliotecas Populares e mediação cultural**

As bibliotecas populares, para Côrbo e Côrbo (2022), são bibliotecas públicas localizadas, implementadas e desenvolvidas, a grosso modo, em bairros carentes e têm como função principal acolher a comunidade de sujeitos informacionais, ensinando a alfabetização, estudando ensino básico e a população ao seu redor no atendimento de suas necessidades de caráter educacional, informacional, social e cultural.

Esse tipo de biblioteca, diferentemente das demais, são espaços populares públicos criados e gerenciados, mantidos com recursos próprios dos moradores e ocupantes daquele território ou, em alguns casos, com investimentos do setor privado, especialmente, insumos culturais, mas, sem assistência do poder público. Na zona urbana, a ideia de implementação e desenvolvimento de bibliotecas populares é muito mais tangível em relação à zona rural.

Apesar da presença significativa do MST em diversas regiões do país, a implementação de bibliotecas populares em movimentos sociais ainda não é uma prática muito comum. No entanto, a criação de bibliotecas comunitárias vem sendo desenvolvida com mais intensidade, não apenas no estado de São Paulo, mas em outras unidades da federação. Alguns estados do Norte, como o Pará, e do Nordeste, como Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe, possuem projetos voltados à doação de livros para assentamentos da reforma agrária. Contudo, essas iniciativas ainda não são suficientes para suprir a demanda informacional existente nos assentamentos rurais e compor acervos bibliográficos satisfatórios em todo o território nacional. No estado de São Paulo, que conta com 645 municípios, a implementação de bibliotecas populares nesses espaços, mesmo que nem todos possuam assentamentos rurais, seria uma iniciativa inédita e de grande relevância para a população local.

No que se refere à mediação cultural, elemento essencial para a análise deste artigo, Nunes e Sousa (2023) definem a mediação cultural como um processo que incentiva a apropriação e a produção de manifestações e dispositivos impregnados de valores simbólicos. Essa mediação reaviva o sentimento de pertencimento entre os participantes da ação. Portanto, a mediação cultural envolve a criação de condições culturais e cognitivas que facilitam os embates entre atores sociais e signos, desempenhando um papel essencial na promoção dessas interações e na construção de significados compartilhados.

A mediação cultural fundamenta-se em processos cujos elementos e dispositivos atuam como mecanismos geradores de sentidos, conectados a uma dimensão simbólica que é compartilhada e construída em contextos sociais de representação coletiva (Nunes; Sousa, 2023). Nesse sentido, a mediação cultural facilita a compreensão de diversas manifestações culturais, sendo essencial na criação de pontes entre diferentes aspectos da cultura. De acordo com Silva e Santos Neto (2017), a mediação cultural visa apresentar e tornar acessíveis às variadas manifestações presentes na esfera sociocultural. Ela busca aproximar o público de manifestações culturais, sejam elas materiais ou imateriais, reconhecendo que a compreensão dessas manifestações pode ocorrer de diferentes maneiras, conforme as especificidades dos grupos sociais envolvidos. Portanto, a mediação cultural é essencial para a promoção de uma maior inclusão e engajamento cultural, contribuindo para uma apreciação mais ampla e diversificada das manifestações e expressões culturais.

Segundo Coelho (1997), a mediação cultural configura-se como um processo que se desenvolve e se manifesta por meio de diversas ações, como animação, ação e fabricação cultural. Essas ações facilitam a interação com os bens culturais e incentivam uma maior compreensão e envolvimento com o universo cultural. Além disso, no conceito apresentado pelo autor, a mediação cultural é entendida como um conjunto de processos voltados para promover a aproximação entre o público, objetos e equipamentos culturais, contribuindo para a construção de um ambiente culturalmente mais inclusivo e acessível.

Davallon (2007) argumenta que a mediação cultural envolve a aproximação do público a conhecimentos e objetos simbólicos, através da criação de interfaces que envolvem mediadores e situações concretas de mediação. O autor observa que a mediação transforma os significados e estados de incomunicabilidade entre bens culturais e individuais ou grupos, servindo como uma ponte entre os conhecimentos e o público (Davallon, 2007).

De acordo com Rasteli e Cavalcante (2014), a mediação cultural, quando integrada às práticas de incentivo à leitura, visa promover a produção cultural e artística nas bibliotecas, e em outros equipamentos culturais da sociedade. Assim, conforme as reflexões dos autores, a mediação cultural vai além do mero estímulo à leitura. Ela também desempenha um papel importante na idealização de bibliotecas populares em movimentos sociais, fomentando práticas complementares, como a formação político-cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico entre os participantes. Desta forma, a mediação cultural contribui para uma ampliação do impacto cultural e social desses espaços, fortalecendo a capacidade dos indivíduos de se engajarem ativamente nas questões sociais e culturais.

## **Bibliotecas Populares e o processo de mediação cultural em assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra no estado de São Paulo**

Diante dos elementos apresentados nas seções anteriores, justifica-se que, nesta discussão, a implementação de bibliotecas populares seria realizada por assentamentos rurais, e não por lotes ou glebas. Por exemplo, um determinado assentamento localizado na região centro-oeste do estado tem mais de 20 lotes, porém, a proposta não é a criação de uma biblioteca popular para cada lote, já que não haveria estrutura para comportar todos os materiais bibliográficos, mas sim por assentamento, isso contribuiria no processo de socialização do conhecimento e no crescimento cultural e informacional da própria comunidade de assentados e assentadas.

Em resumo, haveria apenas uma biblioteca popular para suprir a demanda informacional daquele determinado assentamento, talvez esse número não seja o suficiente para suprir a demanda informacional, mas de início, ajudaria a dar conta da produção de informação e do conhecimento proveniente das lutas dos assentados e assentadas, além do trabalho do bibliotecário.

Pois, para além de completar um assentamento de livros e exercer a sua função, o processo de mediação cultural também é exercido pelo bibliotecário, que em um assentamento da reforma agrária e da interação social manifesta-se como um principal potencializador da ação cultural nesses espaços informacionais.

O mediador cultural, representado pelo bibliotecário, segundo Lima e Perroti (2016), desempenha o protagonismo de articulador entre os bens culturais - entendidos como saberes e objetos simbólicos - e indivíduos, grupos ou coletividades.

Essa função é facilitada por meio de dispositivos e recursos informacionais que promovem o acesso, a apropriação e a disseminação desses bens culturais.

Dentro desse contexto, as bibliotecas populares se destacam por oferecer um ambiente inclusivo e participativo, no qual as vozes da comunidade são ativamente ouvidas e valorizadas. Essas bibliotecas não só fomentam a troca de ideias e o debate democrático, mas também fortalecem os laços sociais entre os membros da comunidade. Ao reunir indivíduos com diversas experiências e perspectivas, elas incentivam a solidariedade e a cooperação, elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É relevante observar que as bibliotecas populares têm um impacto que transcende o atendimento aos membros do MST, beneficiando também outros assentamentos rurais. Elas desempenham um papel significativo na educação popular, na preservação da cultura local e no desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Ao facilitar o acesso à leitura e à informação, essas bibliotecas contribuem para a redução da desigualdade informacional e para o fortalecimento da cidadania, promovendo uma sociedade mais equitativa e informada, processo este que contribui na emancipação daquele território.

Além disso, no atual cenário de desafios políticos, sociais, econômicos e ambientais, as bibliotecas populares se configuram como aliadas indispensáveis na busca por um futuro

mais justo, democrático e equitativo. O reconhecimento e o apoio a essas bibliotecas são essenciais para o empoderamento das comunidades rurais, a promoção da justiça social e a construção de um futuro mais humano e solidário para todos.

Para a implementação prática das bibliotecas populares, os livros serão adquiridos por meio de doações provenientes de acervos pessoais, bibliotecas públicas e universitárias, como a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bem como por compras em sebos universitários e livrarias. Inicialmente, a proposta consiste em acondicionar os livros em espaços designados pelos assentamentos, garantindo assim o início efetivo da criação desses centros culturais.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O desenvolvimento das bibliotecas populares tem sido uma estratégia de capacitação e resistência implementada pelo MST, contribuindo significativamente para a emancipação intelectual e a promoção da questão agrária. Este estudo examina a trajetória do MST e sua contínua luta pela reforma agrária, direitos humanos e dignidade dos trabalhadores rurais.

Além dos assentamentos do MST, há outros movimentos sociais rurais que também necessitam de bibliotecas populares, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

O projeto visa, em sua próxima etapa, continuar com as doações de livros e fornecer orientações técnicas especializadas sobre a formação de acervos bibliográficos para outros assentamentos rurais do estado. A proposta inicial é que cada assentamento tenha sua própria biblioteca popular, possibilitando também o empréstimo e a troca de obras bibliográficas entre os assentados, essa ação, além de promover a disseminação da informação, contribuirá no fortalecimento da identidade cultural dos sem-terra para atenuar a desigualdade e a lacuna informacional existentes no contexto dos movimentos sociais.

Aliada a essa discussão inicial, em paralelo, será dada continuidade ao projeto de Bibliotecas Comunitárias em assentamentos do MST no estado que vem sendo desenvolvido pelos autores deste artigo.

Nesse contexto em específico, a mediação cultural busca discutir a necessidade da inserção de bibliotecários e do processo de mediação nesses territórios. Isso proporciona uma vivência próxima à realidade social dos movimentos de emancipação, contribuindo para o processo de formação e letramento informacional, fundamentado em suas próprias práticas e saberes culturais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.

ALVES, M. S.; SALCEDO, D. A.; CORREIA, A. E. G. C. Um mapeamento da produção científica sobre bibliotecas comunitárias na ciência da informação brasileira. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 40-66, 2016. DOI 10.11606/issn.2178-2075.v7i2p40-66.

AZEVEDO, T. L.; MELO, A. **Bibliotecas populares e comunitárias: experiências brasileiras e latino-americanas à luz das ideias de Paulo Freire**. 2020. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Pedagogia). Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Paraná, 2020. Disponível em: [https://sguweb.unicentro.br/app/webroot/arquivos/atsubmissao/tcc\\_corrigido\\_depois\\_da\\_banca.pdf](https://sguweb.unicentro.br/app/webroot/arquivos/atsubmissao/tcc_corrigido_depois_da_banca.pdf). Acesso em 6 jun. 2024.

CAMOLEZE, J. M. C.; TROITIÑO-RODRIGUEZ, S. M. Produção e tipologia documental de movimentos sociais: estudo sobre o arquivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras do Brasil (MST). **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 121-136, jul./dez. 2019.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

CÔRBO, D. A. S.; CÔRBO, P. A. B. A biblioteca popular como espaço de resistência e de criação de memórias locais, individuais e coletivas. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 5, p. 25-38, maio/ago. 2022. Edição especial.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2100/3046>. Acesso em: 4 ago. 2024.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS. ITESP. **Assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. São Paulo, 2025. Disponível em: [https://www.itesp.sp.gov.br/?page\\_id=199](https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=199). Acesso em: 29 maio 2024.

GUEDES, R. M. Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação. In: MOURA, M. A. (org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 75-79.

LIMA, C. B.; PERROTTI, E. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Informação@profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 161-180, jul./dez. 2016.

NUNES, R. M; SOUZA, A. C. M. Mediação da informação e mediação cultural: concepções e entrelaçamentos sob a ótica das apropriações e dos protagonismos social e cultural. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 329-345, maio./ago. 2023. DOI 10.26512/rici.v16.n2.2023.47048.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RASTELLI, A; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [s. l.], v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr. 2014. DOI 10.5007/1518-2924.2014v19n39p43.

SILVA, B. D; SANTOS NETO, J. A. Práticas de mediação cultural nas bibliotecas públicas municipais de Londrina/PR. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 30-43, abr./jun. 2017.

VERONEZ JUNIOR, W. R.; CAMOLEZE, J. M. C.; TROITINO-RODRIGUEZ, S. M.; MARTINEZ-AVILA, D. Conocimiento en movimiento: reflexiones sobre la organización y representación de los archivos del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). **Revista EDICIC**, San José, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2023.

VERONEZ JUNIOR, W. R.; POLONINI, J. F. G.; SANTOS JUNIOR, E. A.; SOUZA, C. B. S. Bibliotecas comunitárias em assentamentos do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. In: SILVA, C. G.; REVEZ, J.; CORUJO, L. (org.). **Diálogos na ciência da informação: atas do XIV encontro EDICIC**. Lisboa: Edições Colibri: EDICIC, 2024. v. 1, p. 997-1004. DOI 10.51427/10451/64777.

## **AGRADECIMENTOS**

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo subsídio financeiro em apoio para o desenvolvimento desta pesquisa.